



EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DE UM JOVEM PROFESSOR NEGRO

Wellington Renan Téles de Ataíde¹

Ao longo deste artigo, traçarei um paralelo entre a minha trajetória de vida acadêmica e profissional e a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo da Educação Básica. A escolha de tratar as minhas vivências enquanto discente do Ensino Médio (EM), estudante de graduação em História e, depois, professor de História, se dá justamente sob o prisma de observar que a experiência do negro no mundo colonizado, marcado pela diáspora africana, é carregado de semelhanças e particularidades. Portanto, os impactos de tal projeto para a população negra acabam sendo uma experiência em certa medida comum, decorrente do colonialismo.

Meu ingresso no EM se deu em 2005, em circunstâncias específicas. Naquele momento eu trilhava o sonho de ser jogador de basquete e, na busca pelo meu sonho, acabei passando na peneira para jogar no Colégio Uirapuru². Na época já era tido como uma instituição escolar da elite sorocabana; hoje, com a forte propaganda relativa aos resultados em vestibulares e no Enem, se tornou ainda mais valorizado.

Estudar nesse colégio foi algo impactante na minha formação, tanto escolar quanto pessoal. A minha trajetória de vida vinha de outro lugar, de um bairro humilde denominado Vila Nova Votorantim, localizado em Votorantim (SP), cidade contígua a Sorocaba. Minha família é originária da classe trabalhadora, formada por pessoas brancas e negras.

Essa vivência de bairro entrou em contato com uma estrutura sem comparação com as escolas que eu havia frequentado, a qualidade de aulas, laboratório e professores – embora embebidos na sua maioria no eurocentrismo, eram excelentes. Dessa forma, desde o momento em

1 Mestre em Estudos da Condição Humana pela UFSCar, *Campus* Sorocaba. Professor de História do Ensino Médio. E-mail: weataide7@gmail.com.

2 O Colégio Uirapuru está situado em uma área nobre da cidade de Sorocaba.





que entrei nesse espaço uma outra alternativa se apresentou, caso o sonho de jogar não fosse adiante. E foi exatamente isso o que aconteceu.

No período em que eu cursava o EM já havia transcorrido dois anos da aprovação da lei no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O que não fazia diferença nenhuma, pois esse debate não chegava até nós enquanto estudantes. Nosso currículo estava baseado em um modelo eurocentrado.

Assim, o meu EM inteiro teve uma formação tradicional, contando com professores que buscavam ter um olhar para a questão racial, conforme o problema aparecia no decorrer das aulas. Nas disciplinas de exatas a problemática racial não surgia de forma alguma; na de Biologia havia uma obrigação de se tocar no tema por conta do estudo de genética e seus desdobramentos, mas era algo pontual, buscando sempre lembrar a todos que não existe biologicamente raças humanas.

A disciplina de Literatura por vezes tocava no assunto, mas de maneira lateral, ou seja, para dar pano de fundo para pensar certos autores brasileiros e nada mais. A disciplina de Geografia abordava a temática com mais frequência, pois precisava discutir a geografia urbana, pensar as diferenças entre os continentes, tendo um foco maior nessa temática quando era obrigado a discutir o imperialismo europeu na África e na Ásia, a partir da conferência de Berlim (1885).

A disciplina que mais abordou essa questão na minha formação foi História – lembrando que nesse período o EM estava sem Sociologia e Filosofia. As aulas de História tinham questões maiores, pois o professor Mauricio Mafra era negro. Foi a primeira vez que eu tive contato com um professor negro, o qual se vestia com as roupas que gostava. Havia uma padronização comum aos professores de escola particular da época, de usar roupas básicas.

O professor Mafra ia dar aula de boné e roupas que ligavam muito ele ao movimento *hip hop*, ou seja, trazendo uma total quebra de padrões com o ambiente. Foi com ele o meu primeiro contato mais sério com os estudos históricos. A questão é que o foco do colégio era o vestibular, ainda mais na época que estava em parceria com o Colégio Bandeirantes³. A disciplina História teria que seguir os temas cobrados nos vestibulares, e é obvio que como em todas as outras

3 O que chegava para nós era que o Colégio Bandeirantes, instituição de ensino sediada em São Paulo, alcançava os maiores índices de aprovação do EM no vestibular da FUVEST.





disciplinas na época, a história africana e o olhar crítico para o eurocentrismo não faziam parte da formulação dos principais vestibulares do país.

Diante disso, os estudos históricos passavam pelas ideias que Dussel (2005) aponta em seu célebre artigo, *Modernidade e eurocentrismo*, uma vez que compreende a antiguidade oriental como uma pré-história da Europa e a história mesmo se iniciando apenas com o mundo grego. O Sistema Bandeirantes, sem fugir à norma, desconsiderava a relevância da história dos fenícios, dos hebreus, das civilizações da Mesopotâmia, dos persas e dos egípcios, tomando como ponto de partida para os estudos a formação do mundo grego, compreendido como berço da civilização ocidental.

A presença de um homem negro, esteticamente ligado ao *hip hop* e evidentemente interessado em trazer uma proposta crítica e reflexiva para as aulas, nos permitiu um ponto de vista privilegiado sobre a história, mas o professor ainda estava obrigado a seguir o programa curricular. Dessa forma, tivemos contato com povos não brancos apenas no segundo ano do EM, já que ao longo do primeiro ano estudamos exclusivamente a Antiguidade Clássica (gregos e romanos) e a formação do mundo medieval na Europa. Os estudos seguiam e ainda seguem, diga-se de passagem, o modelo historiográfico proposto pelos positivistas, sendo o ponto de referência a história europeia.

Ao entrarmos em contato com a história de povos pré-colombianos tivemos a primeira interação com o passado de povos não brancos. Esse contato se deu dentro do currículo tradicional. Devido à expansão marítima, tivemos que abordar a história dos Maias, Astecas e Incas. O contato com a história dos povos originários do Brasil só ocorreu no terceiro ano por conta da divisão da disciplina em duas frentes – História Geral e História do Brasil. Nesse ponto, os contatos entre esses povos, discussões sobre relativismo cultural e uma crítica ao etnocentrismo apareciam, denunciando o genocídio feito pelos espanhóis com essas civilizações. O debate sobre a questão racial aparecia superficialmente.

Na sequência dos estudos, voltamos a falar disso diante do processo de expansão do Imperialismo que se fortaleceu em meados do século XIX. Aqui a questão racial ganha destaque por conta do Darwinismo Social e a necessidade de abordar o racismo científico que florescia fortemente acompanhado do discurso evolucionista. Esse período do segundo ano do EM foi um momento crítico da minha formação: entrar em contato com o *Fardo do Homem Branco* e





entender o processo de saqueamento que o continente africano sofreu para estabilizar e trazer o crescimento das economias europeias. Impactou muito a minha percepção sobre as diferentes realidades econômicas entre os continentes e a condição de primeiro mundo dada aos europeus numa perspectiva de ideal a ser alcançado.

Ao longo do terceiro ano do EM, cursado no ano de 2007, a questão racial apareceu no estudo da História do Brasil, por meio de um olhar que partia da formação do reino português e o seu processo de expansão marítima. Quem lecionava essa frente era o professor Márcio, professor branco. Embora Márcio enfatizasse sua formação marxista, seu prisma para as análises ainda partia de uma perspectiva eurocêntrica. O olhar para o racismo vinha sobre a dizimação dos povos originários e sobre o sistema escravista, pensando a escravidão como formativa para o Brasil. Isso não vinha somente dele, é óbvio. Vinha do próprio material didático.

Porém, ao longo do terceiro ano em História Geral, dois temas foram trabalhados em sala de aula me permitindo ter um olhar comparativo sobre a temática racial e algo que eu só iria saber nomear após formado: o colonialismo. Produtor de visões de mundo, elegendo demônios e heróis da história. Estudamos a ascensão do nazifascismo junto da Segunda Guerra Mundial com o professor Maфра e, posteriormente, os Movimentos pelos Direitos Cívicos nos Estados Unidos da América (EUA). Aqui ficava nítido que o país que defendia democracia liberal não estava tão distante da ditadura nazista: o alvo principal dos estadunidenses era a população negra.

Entrar em contato com as ideias do reverendo Marthin Luter King Jr, pastor da igreja batista, que trazia como método de luta a desobediência civil em contraste com as ideias de Malcolm X, defensor da perspectiva de autodefesa oriunda do islamismo negro, mostrava bem o que era a democracia liberal e para quem ela servia. Tais questões evidenciavam o racismo no mundo contemporâneo para os estudantes do EM, mas ainda repousava sobre a noção de que racismo era coisa dos americanos. Na História do Brasil o debate racial aparecia timidamente, mais focado nas questões políticas e econômicas, sendo apenas o movimento operário tratado com uma certa relevância.

As minhas vivências no colégio particular me proporcionaram um olhar atento para as temáticas do mundo guiado pela órbita do capital. Sendo também uma lógica que me acompanhou na minha formação acadêmica, pois ao insistir na lógica de que era preciso estudar para ter um futuro mais assegurado, me inseri mais no formato do colonialismo, no mundo civilizado. A





percepção do que era conhecimento ou não estava controlada ainda pela lógica do colonizador. Dessa forma, assegurar um futuro melhor passava nitidamente por embranquecer o meu padrão de vida.

Ao ingressar no curso de História na Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp, *campus* de Franca) em 2010, entrei em contato com um mundo similar em termos de sociabilidade e diferente ao mesmo tempo. Isso porque o padrão social dos estudantes da universidade pública era muito similar ao do colégio particular que frequentei, com exceção dos discentes que moravam na moradia estudantil, em sua maioria pertencentes à classe trabalhadora, trazendo maior diversidade no seu meio de convivência.

A universidade em si era branca, tanto pela maioria dos estudantes quanto pelo corpo docente. O padrão de vida era de classe média na sua grande maioria. Portanto, embora fosse um curso de humanas com pensamento mais aberto ao diálogo, ainda mantinha uma perspectiva eurocêntrica na sua forma de organização. O currículo era dividido entre História Geral e do Brasil. Sendo a Geral dividida em História Econômica, Antiga (tive apenas o mundo greco-romano), Medieval, Moderna, Contemporânea e América com uma frente voltada para a história dos Estados Unidos. Buscando atender as demandas surgidas pela Lei nº 10.639/2003, criaram a disciplina Escravismo Moderno e Identidades Afro-Brasileiras⁴.

A minha formação na Unesp, embora muito rica, me colocando em contato com diversos textos para pensar o ofício do historiador e os caminhos de interpretação da história – como a disciplina que se chama Teoria da História – ainda tinha toda sua sustentação ontológica sob o prisma do colonialismo, ou seja, as lentes do mundo europeu ainda guiavam a forma de pensar a história. Mesmo que de maneira crítica como a *Escola dos Annales* ou as diversas linhas que o marxismo desenvolveu ao longo do século XX, ou uma perspectiva mais pós-moderna que assegurava que o declínio da razão se evidenciava com as duas grandes guerras e os horrores do nazismo, o ponto de partida e de reflexão ainda se encontrava no mundo europeu. Como se o mundo inteiro fosse obrigado a ser lido pelas lentes da província geográfica que é a Europa.

Mesmo com esse currículo todo eurocentrado, observo hoje que a minha formação foi rica devido a toda estrutura que a universidade pública oferecia. É importante lembrar que os

4 O curso de História, ofertou mais disciplinas ao longo dos quatro anos, tanto por que era uma formação também voltada para a licenciatura.





auxílios e as bolsas de pesquisa e extensão eram mais acessíveis naqueles idos de 2010 a 2014. A disciplina ofertada pelo professor Marcos Sorrilha sobre Escravismo Moderno e Identidades Afro-Brasileiras foi algo de muita relevância naquele cenário, pois embora tenha tido como ponto de partida o escravismo moderno, o curso conseguiu contemplar a formação do Brasil pela sociabilidade da população negra.

Passei a ter contato com uma historiografia que mostrava o escravizado não mais como um objeto ou peça mercadológica e sim como sujeitos que protagonizavam a sua história. A disciplina me proporcionou pensar a formação brasileira por outras lentes, mesmo com um professor que na época não pesquisava a temática, e trazia, em sua grande maioria, autores brancos, ter contato com esse universo redimensionou meu olhar para a história do Brasil e da população negra. Passei a vislumbrar aos poucos um olhar mais atento para as sociabilidades produzidas pelas comunidades negras em nosso país.

Depois de formado, demorei um pouco para adentrar em sala de aula como professor, embora tenha tido algumas experiências ao longo da minha formação com projetos de extensão e posteriormente estágios. Mas o tornar-se professor mesmo se deu a partir de 2015, começando como *categoria O* na rede pública do estado de São Paulo, professor voluntário do Cursinho Educação e Cidadania (CEC) da UFSCar *Campus* Sorocaba e professor substituto na rede municipal de Sorocaba. Paralelamente a esse processo, fui migrando para as escolas particulares.

Em meio a todo esse contexto fundei o Baobá, Grupo de Estudos Negros em Sorocaba, junto com um colega professor no ano de 2018. Havia uma vontade de continuar aqueles estudos iniciados na disciplina do professor Sorrilha, porém aqui o diálogo não se ateve ao escravismo em si, mas na formação psicossocial do negro e caminhos para a descolonização do pensamento. Autores como Frantz Fanon e Neuza Santos, que estudam a formação subjetiva do negro e o impacto que o racismo tem no sofrimento psíquico da população negra, me deram outras ferramentas para olhar para meus estudantes não brancos e brancos também. Pois, como movimento negro brasileiro já vem ressaltando há algumas décadas, a questão racial não é um problema dos negros e sim um problema dos brasileiros, uma vez que a condição do negro dita a condição de todos, se modelando a partir de uma relação com o outro.

Completadas duas décadas da obrigatoriedade de ensino de história africana e afro-brasileira nas escolas públicas e particulares, observo no campo da minha experiência enquanto





docente que o projeto caminhou e caminha a passos curtos. Embora tenha sido amplamente debatido pelos órgãos competentes, fazer com que a lei seja incorporada ao cotidiano das escolas é uma luta diária. Primeiro porque os profissionais da área da educação têm um letramento racial praticamente inexistente. Segundo porque muitos ainda estão embebidos pela ideologia da democracia racial e não enxergam o racismo como um grande problema educacional. Esse olhar vai da gestão da escola aos professores.

Por conta de uma ampla mobilização do movimento negro em suas várias matrizes e, recentemente com o aumento de estudantes cotistas nas universidades públicas, passou-se a ter um olhar mais atento para a questão, cobrando dos órgãos competentes em escalas municipais, estaduais e federais uma maior movimentação para real efetivação da Lei nº 10.639/2003.

Minha observação ao longo desses oito anos de docência é que lentamente os materiais didáticos e as apostilas de História vêm buscando incluir os povos não brancos no decorrer do currículo tradicional. Agora o material aparece com uma breve crítica ao positivismo e sua forma de pensar a história a partir da escrita, tendo um leve olhar para a história oral e sua relevância – importante notar que a história oral, para diversas culturas africanas, como os *Yourubás*, é fundamental, mas acaba sendo indicado como nota de rodapé, basicamente.

No decorrer da Idade Média se aponta geralmente os impérios africanos de Gana, Mali e Songai. E ao começar a abordar a expansão marítima, se busca trazer um olhar mais atento aos povos originários e suas perspectivas no continente americano. Já nos estudos da história do Brasil, busca-se trazer o protagonismo dos escravizados na sua luta e nos seus modos de vida, que se preservaram pela memória, mas com pouco espaço para pensar a história do negro no país; no século XX quase não aparece o movimento negro e a cultura afro-brasileira.

O que vemos hoje é um currículo eurocêntrico abrindo pequenas concessões para adequar-se às novas exigências, uma espécie de “Lei para Inglês Ver” (1831) repaginada para a educação – por pressão inglesa foi aprovada no Brasil a Lei Feijó, tornando o tráfico negreiro ilegal apenas formalmente, uma vez que pouco afetou na prática o tráfico de escravizados para o Brasil. Mesmo que sinalizado por lei, a valorização da cultura negra e dos povos originários no ensino de História ainda se encontra muito distante.

A minha experiência aponta para a análise de que quase todo o corpo docente ainda pensa como o colonizador. Há poucas buscas ou quase nenhuma por parte da gestão escolar em investir





numa formação antirracista, e muito menos ainda, incentivando seus professores de História e áreas afins para buscarem preparo ou formação acadêmica na área. O que predomina com entusiasmo é a educação de mercado – e para o mercado, o racismo é essencial para seu funcionamento.

Referências bibliográficas

BARROS, Douglas Rodrigues. **Racismo**. São Paulo: Editora Fibrá, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução: Cláudio Willer. Ilustração: Marcelo D`Salette. Cronologia: Rogério de Campos. São Paulo: Veneta, 2020.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade de saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005. p. 55-70.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon e as encruzilhadas: teoria, política e subjetividade**. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. Racismo e Cultura. **Revista Convergência Crítica**, n. 13, p. 78-90, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/38512/22083>. Acesso em: 28 abr. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade de saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005. p. 227-278.

